

# PREGÃO ELETRÔNICO SRP 017/2026

## OBJETO

Contratação, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada para o fornecimento eventual e parcelado de medicamentos judiciais de “A-Z” de Referência (Éticos), Genéricos e Similares, abrangendo a totalidade dos itens constantes na Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruama-RJ

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.250.000,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTA

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação **na modalidade PREGÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

### **1. PREÂMBULO:**

#### **1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026**

#### **1.2 PROCESSO Nº 27401/2025**

#### **1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **2. DO OBJETO**

**2.1** O objeto da presente licitação é a contratação, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada para o fornecimento eventual e parcelado de medicamentos judiciais de “A-Z” de Referência (Éticos), Genéricos e Similares, abrangendo a totalidade dos itens constantes na Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruama-RJ, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

**2.2** O critério de julgamento adotado será o **Maior Percentual de Desconto**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**3.1** A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

**Data da sessão: 11/06/2026**

**Horário: 10h00min**

**Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos**

**Local: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>**

**Critério de Julgamento: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**

**Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO**

**Modo de Disputa: ABERTO.**

### **4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**4.1** As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal.

**4.2** Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a

Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**4.3** O valor estimado da contratação será de **R\$ 12.250.000,00 (doze milhões duzentos e cinquenta mil reais)**.

## **5. DA RETIRADA DO EDITAL:**

**5.1** As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**5.2** As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

## **6. DOS ESCLARECIMENTOS:**

**6.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**6.2** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

**6.3** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**6.4** Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**6.4.1** Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

## **7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:**

### **7.1 DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

**7.1.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**7.1.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**7.1.4** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**7.1.5** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.1.6** O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

**7.1.7** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.1.7.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **7.2 Da condição de participação no Pregão:**

**7.2.1 Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

**7.2.2** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

**7.2.3** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.4** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.7** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

**7.2.8** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.9** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de

Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

**7.2.10** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.10.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.11** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.12** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**7.2.13** A participação é ampla concorrência para todos os portes de empresa.

**7.3** Não poderão participar desta licitação:

**7.3.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

**7.3.2** Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**7.3.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**7.3.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**7.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.3.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**7.3.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**7.3.8** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**7.4** O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização

fraudulenta personalidade jurídica do licitante.

**7.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**7.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.7** O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.8** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.9** A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**8.2** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução da fase de habilitação, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da documentação exigida.

**8.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.4** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.6 e 7.5 deste Edital.

**8.5** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**8.5.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**8.5.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



**8.5.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**8.5.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**8.7.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**8.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**8.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**8.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.12.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**8.12.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.13.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

**8.13.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**9.1** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.2** Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

**9.3** Marca/modelo.

**9.4** Fabricante.

**9.5** Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

**9.6** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

**9.7** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.8** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.9** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9.11** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital, nas normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

**9.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**9.13** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



**9.14** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**9.15** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.16** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação (art. 90, §3º e art 155, VI).

**9.17** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**9.18** Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

**9.19** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**10.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**10.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**10.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

**10.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**10.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 % (zero vírgula zero um por cento)**.

**10.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**10.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**10.11** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**10.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.12.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**10.12.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**10.13.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances

sucessivos.

**10.13.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.13.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.13.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.13.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.13.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.14** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.15** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.16** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.17** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.18** Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.20.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.20.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.20.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmодireito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.20.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.21** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.21.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.21.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**10.21.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

**10.21.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

**10.21.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.21.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.21.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

**10.21.2.2** Empresas brasileiras.

**10.21.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**10.21.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.22** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.22.1** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**10.22.2** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.22.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais

licitantes.

**10.22.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.22.5** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.6** Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.7** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**11.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

### **11.1.1** SICAF.

**11.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

**11.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**11.1.4** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ( [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ).

**11.1.5** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

**11.1.6** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> )

**11.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**11.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**11.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

**11.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**11.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.7.1** Contiver vícios insanáveis.

**11.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**11.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**11.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**11.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.8.1** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**11.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**11.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.9** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**11.10.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**11.10.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**11.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



**11.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.12.1** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**11.12.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**11.12.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**11.12.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

### **12.1 Habilitação jurídica:**

**12.1.1 No caso de empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**12.1.5 No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.1.6** Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

**12.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.1.8** CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

### **12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

**12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

**12.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

**12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**12.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**12.2.8** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **12.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**12.3.1.1** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**12.3.1.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**12.3.2** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas**, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

**12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**12.3.3.1** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**III. Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:**

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

**12.3.4 Comprovação da boa situação financeira** da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

**Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.**

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

**12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

## **12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

### **12.4.1 Qualificação Técnica (Específica para Medicamentos):**

**12.4.1.1** Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA para a atividade de distribuição/comércio de medicamentos;

**12.4.1.2** Autorização Especial (AE) emitida pela ANVISA, caso oferte medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria 344/98);

**12.4.1.3** Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente do Estado ou Município da sede da licitante;

**12.4.1.4** Certidão de Regularidade Técnica (CRT) emitida pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), comprovando a existência de responsável técnico farmacêutico;

**12.4.1.5** Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento pertinente e compatível com o objeto.

## **12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:**

### **12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV**

**12.6** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**12.7** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**12.8** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.9** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**12.10** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.11** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**12.12** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**12.13** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**12.14** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**12.15** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**12.15.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**12.15.1.1** Nos casos de declarações e documentos escaneados cuja assinatura não possua chancela para

verificação em sítio eletrônico ou não atenda aos requisitos do Decreto Federal 10.543/2020, poderá o pregoeiro convocar a licitante para no prazo de 2 (dois) dias úteis apresentar documento original para autenticação por servidor da comissão de pregão eletrônico, sob pena de invalidação do documento.

**12.16** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.16.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**12.17** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.17.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**.

**12.18** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**12.19** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**12.19.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**12.19.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**12.19.3** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência Lei 14.133/21, art. 64.

**12.19.4** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**12.19.5** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.20** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.21** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.17.1.

**12.22** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**12.23** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno



portosamente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**12.24** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**13.1** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**13.1.1** A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo III – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

**13.1.2** Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

**a)** Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

**b)** Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**c)** Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

**d)** Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

**e)** Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

**f)** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

**g)** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins depagamento.

**13.2** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**13.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**13.4** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**13.4.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**13.5** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**13.5.1** Serão desclassificadas ainda as propostas que:

- a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.
- c) Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d) Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e) Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f) Que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g) A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

**13.6** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**13.7** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**13.8** O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

**13.9** Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

#### **14. DOS RECURSOS:**

**14.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**14.2** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.3** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.4** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**14.4.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**14.4.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**14.4.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**14.5** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.7** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.8** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.10** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.11** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**15.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**16.1** Para garantir a plena execução do ajuste, exigir-se-á da contratada a prestação de garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, ou do valor de cada empenho em fornecimentos parcelados, a ser apresentada no prazo de dez dias após a assinatura.

**16.2** A garantia tem por finalidade assegurar o ressarcimento de prejuízos causados à Administração, o pagamento de multas moratórias e compensatórias, bem como eventuais obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas. As modalidades admitidas para a prestação da garantia incluem caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária.

**16.3** A garantia prestada será devidamente liberada ou restituída, com a atualização monetária cabível no caso de caução em dinheiro, somente após a fiel execução do contrato e o recebimento definitivo de todo o objeto requisitado.

**16.4** A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**17.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **18. DO TERMO DE CONTRATO:**

**18.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**18.2** As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

**18.3** O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**19.1** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

### **20.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**20.1.1** As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

### **20.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**20.2.1** As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

## **21. DO PAGAMENTO:**

**21.1** As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**21.2** O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**22.1** As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-

se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

**23.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**23.2** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

**23.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminha-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

**23.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**23.5** A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**23.6** As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

**23.6.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

### **24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**24.1** As informações referentes à elaboração, formalização e gestão da Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

**24.2** O Termo de Referência detalha as condições de vigência, procedimentos de adesão, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados à Ata de Registro de Preços, que regerá as contratações decorrentes deste certame.

#### **24.3 DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**24.3.1** As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

**24.3.2** O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

### **25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

**25.1** Após a homologação e adjudicação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:

**25.1.1** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**25.1.2** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**25.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

**25.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**25.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**25.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**(a)** Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

**(b)** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

**25.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

**25.4.1** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**25.4.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**26.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**26.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



**26.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**26.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**26.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**26.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**26.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**26.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**26.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**26.10** Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

**26.11** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**26.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:**

**26.12.1** – ANEXO I – Termo de Referência;

**26.12.2** – ANEXO II – Modelo Proposta de Fornecimento;

- 26.12.3** – ANEXO III – Valor Estimado;
- 26.12.4** – ANEXO IV– Modelo de Declaração Unificada;
- 26.12.5** – ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 26.12.6** – ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.
- 26.12.7** – ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 26.12.8** – ANEXO VIII – Cadastro Reserva.

Araruama, 25 de maio de 2026.

**MARIO JORGE ESPINHARA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa especializada para o fornecimento eventual e parcelado de medicamentos judiciais de “A-Z” de Referência (Éticos), Genéricos e Similares, abrangendo a totalidade dos itens constantes na Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruama.

A presente contratação classifica-se como aquisição de bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações e regulamentações usuais do mercado farmacêutico nacional.

O objeto será adjudicado tomando-se por base a Tabela CMED, sem fixação prévia de quantitativos físicos exatos por item específico (caixas/frascos), em virtude da natureza imprevisível e superveniente da demanda judicial. O consumo estimado é limitado pelo valor financeiro global da Ata de Registro de Preços e a disputa dar-se-á pela modalidade de Taxa de Desconto (maior desconto linear) sobre a referida tabela, conforme detalhado abaixo:

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
<b>1</b>	Aquisição de Medicamentos ÉTICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 11,84%)	TX	1	R\$ 4.900.000,00	R\$ 4.900.000,00
<b>2</b>	Aquisição de Medicamentos GENÉRICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 70,34%)	TX	1	R\$ 4.287.500,00	R\$ 4.287.500,00
<b>3</b>	Aquisição de Medicamentos SIMILARES de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 64,33%)	TX	1	R\$ 3.062.500,00	R\$ 3.062.500,00

Gestão do Sistema de Registro de Preços (SRP): Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Araruama (CNPJ: 11.885.839/0001-70). Órgãos Participantes: A presente licitação é exclusiva para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araruama, não havendo órgãos participantes na formação inicial da Ata, sem prejuízo de eventuais adesões futuras por órgãos não

participantes ("caronas"), desde que observada a legislação vigente e mediante prévia autorização do Órgão Gerenciador.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

A presente contratação decorre do imperativo constitucional e legal do Município de garantir o acesso à saúde e dar cumprimento tempestivo a determinações judiciais (mandados de segurança). A demanda justifica-se pelo aumento progressivo da judicialização da saúde e pela absoluta imprevisibilidade das prescrições terapêuticas exigidas. Tal cenário impõe à Administração a adoção de um mecanismo de fornecimento célere e ininterrupto para obstar o colapso assistencial, o bloqueio judicial de contas públicas e, fundamentalmente, o risco de morte ou agravo irreversível à saúde dos pacientes beneficiários.

Em razão da natureza imprevisível e superveniente das determinações judiciais em saúde, resta faticamente inviável a fixação prévia de quantitativos físicos exatos por item específico (caixas/frascos). Dessa forma, a estimativa quantitativa foi parametrizada com base no volume financeiro histórico despendido pelo Município com o cumprimento de mandados judiciais nos exercícios anteriores, acrescido de projeção técnica de crescimento da judicialização. O consumo, portanto, fica limitado ao teto financeiro global estabelecido para cada categoria (Éticos, Genéricos e Similares), conforme memória de cálculo detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) atrelado ao critério de Maior Desconto sobre a Tabela CMED (ANVISA) para fornecimento de medicamentos de "A-Z" foi definida como a única solução exequível e vantajosa. Esta modelagem permite a aquisição fracionada de uma gama irrestrita de fármacos, adequando-se instantaneamente à variação e urgência da demanda judicial, mitigando o desperdício por vencimento de validade (risco inerente à formação de estoques próprios) e evitando o fracionamento indevido de despesa característico das compras diretas emergenciais.

A referida contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde e possui previsão no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, cadastrada sob o Item nº 52. Cumpre ressaltar que a estrutura e a elaboração deste Termo de Referência, bem como do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o fundamenta, seguem estritamente os novos modelos de padronização documental exigidos pela Superintendência de Fase Preparatória do Município de Araruama para a instrução da fase interna das licitações. A fundamentação exaustiva, a matriz comparativa de soluções e a justificativa técnica e econômica pormenorizada encontram-se expressamente consubstanciadas no ETP apensado aos autos, adotando-se a remissão expressa a este artefato para evitar a reprodução de conteúdos já analisados na fase de planejamento.

Por fim, registra-se para fins de histórico processual que, considerando a estrita identidade do objeto (Registro de Preços para aquisição de medicamentos 'A-Z' – Tabela CMED para mandados judiciais). Prestigiando a padronização dos fluxos e modelo solicitada pela Superintendência de Fase Preparatória competente e visando à máxima conformidade com os novos formulários do município, procedeu-se à reestruturação completa deste TR nos moldes inéditos ora apresentados.

## **3. MODALIDADE**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação justifica-se pela natureza imprevisível da demanda, enquadrando-se expressamente nas hipóteses previstas no Art. 78, inciso IV, e no Art. 82, incisos II e V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A conveniência e adequação deste instrumento auxiliar demonstram-se irrefutáveis frente à necessidade da Administração de realizar contratações frequentes e parceladas para o pronto atendimento de mandados judiciais de saúde. É faticamente impossível definir previamente o quantitativo físico exato de medicamentos a ser exigido, dada a imprevisibilidade das prescrições terapêuticas judicializadas. O SRP permite que o Município realize as aquisições estritamente sob demanda, mitigando o risco de perda financeira por vencimento do prazo de validade em estoques próprios e garantindo o fornecimento ágil das medicações.

A licitação será processada na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (Art. 28, I, e Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021 e Art. 4º do Decreto Municipal n.º 009/2024), por se tratar de aquisição de bens comuns. O modo de disputa será o ABERTO (Art. 56, I), permitindo a apresentação de lances sucessivos de desconto.

O critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO LINEAR (Art. 34, II, Lei 14.133/2021), incidente sobre a Tabela de Preços Máximos ao Consumidor (PMC) da CMED/ANVISA. Em estrito atendimento ao estudo de vantajosidade elaborado pelo Departamento de Compras (DECOP), ficam estabelecidos os seguintes descontos mínimos obrigatórios (piso de referência) para a aceitabilidade das propostas:

- Item 1 (Éticos): Desconto mínimo obrigatório de 11,84%;
- Item 2 (Genéricos): Desconto mínimo obrigatório de 70,34%;
- Item 3 (Similares): Desconto mínimo obrigatório de 64,33%.

A presente contratação não se enquadra nas hipóteses de contratação direta legalmente previstas, sendo processada mediante regular procedimento licitatório de ampla concorrência (Pregão Eletrônico). A utilização do Sistema de Registro de Preços como instrumento auxiliar reforça a adequação à natureza imprevisível da demanda, permitindo que as aquisições ocorram estritamente conforme a necessidade de atendimento aos mandados judiciais sem a obrigatoriedade de consumo total. Fica estabelecido que não haverá aplicação de cota reservada ou exclusividade para ME/EPP, devido à inviabilidade de divisão do objeto sem prejuízo à economia de escala e ao risco de desabastecimento. No entanto, assegura-se a essas empresas o benefício da preferência de contratação como critério de desempate ficto, conforme a legislação vigente.

#### **4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

Não se aplica. O objeto do presente Termo de Referência consubstancia-se na aquisição de bens materiais comuns (fornecimento de medicamentos judiciais de "A-Z"), não se enquadrando, portanto, como contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

#### **5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

A estratégia de adjudicação adotada para esta contratação foi o agrupamento em Lotes por Categoria (Éticos, Genéricos e Similares) com abrangência de portfólio "A-Z", em detrimento do parcelamento por itens individualizados (princípio ativo ou classe terapêutica).

A não divisão do objeto em itens isolados justifica-se técnica e economicamente pela absoluta interdependência operacional e pela necessidade de integração logística imediata. Dado que a demanda é originada por mandados judiciais imprevisíveis e urgentes, o fracionamento por princípios ativos pulverizaria a execução entre múltiplos fornecedores, o que comprometeria a segurança

assistencial, dificultaria a gestão de prazos exíguos (72 horas) e elevaria os custos administrativos e logísticos de forma desproporcional.

A manutenção do agrupamento por categorias assegura a eficiência na execução contratual e a obtenção de melhores condições para a Administração por meio da economia de escala, uma vez que permite a aplicação de um maior desconto linear sobre a totalidade do catálogo de cada lote. Tal modelagem amplia a competitividade ao permitir que grandes distribuidores, capazes de suprir a gama irrestrita de medicamentos exigida, ofertem propostas mais vantajosas.

Esta justificativa encontra-se detalhadamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente, em observância ao disposto no art. 40, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e em consonância com as diretrizes de viabilidade técnica e econômica preconizadas pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247).

## **6. DO CONSÓRCIO**

Será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente processo de contratação, em estrita observância ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa decisão justifica-se pela natureza e pela amplitude do objeto, que compreende o fornecimento de medicamentos de "A-Z", exigindo dos fornecedores uma rede logística robusta e elevada capacidade de estoque para suprir a totalidade do catálogo da Tabela CMED. A permissão visa ampliar a competitividade ao possibilitar que empresas unam especialidades e portfólios para garantir o cumprimento integral e tempestivo das demandas judiciais.

Para a participação, as empresas deverão comprovar o compromisso de constituição de consórcio e indicar uma empresa líder responsável pela representação perante a Administração, sendo que cada integrante deve apresentar a documentação de habilitação exigida, permitindo-se o somatório para qualificação técnica. Ressalte-se que é proibida a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou isoladamente nesta licitação, e todos os membros responderão solidariamente pelos atos praticados na licitação e na execução do contrato.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução integrada para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde compreende o fornecimento parcelado e sob demanda de medicamentos de Referência (Éticos), Genéricos e Similares constantes na Tabela CMED/ANVISA, sendo o objeto estruturado em três itens distintos por categoria e não em lote único, em observância ao disposto no artigo 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. Esta solução abrange integralmente a cadeia logística de aquisição, armazenamento especializado, transporte técnico com controle rigoroso de temperatura para a rede de frio e a efetiva entrega no Almoxarifado Central Municipal de Araruama.

O ciclo de vida do objeto inicia-se formalmente com a emissão da Ordem de Fornecimento e da respectiva Nota de Empenho, as quais devem ser obrigatoriamente acompanhadas da cópia da decisão judicial fundamentadora para assegurar a rastreabilidade total da despesa pública. A execução logística deve observar o prazo máximo de entrega de três dias corridos, utilizando-se veículos adequados às normas da ANVISA, especialmente a RDC nº 430/2020, com monitoramento constante de temperatura e umidade por meio de dataloggers para preservar a estabilidade físico-química dos fármacos.



O recebimento definitivo ocorre após a conferência detalhada de lote e da validade mínima exigida de doze meses, garantindo-se a integridade das embalagens e a eficácia terapêutica até o momento do consumo pelo paciente beneficiário.

Para a manutenção da qualidade e assistência técnica, a contratada deve assegurar a estabilidade dos itens durante todo o período de vigência da validade, obrigando-se a substituir lotes com queixas técnicas, desvios de qualidade, ineficácia ou sujeitos a alertas sanitários (recall) no prazo máximo de setenta e duas horas, sem qualquer ônus adicional de frete reverso ou nova remessa para a Administração. No encerramento do ciclo e gestão de sustentabilidade, a contratada assume a responsabilidade pela operacionalização da logística reversa de medicamentos vencidos ou impróprios que estejam sob sua guarda ou devolvidos por força de recall, promovendo a destinação final ambientalmente adequada via incineração ou coprocessamento, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), mediante apresentação do Certificado de Destinação Final. Por fim, a solução busca reduzir o impacto ambiental ao estabelecer que as embalagens secundárias e terciárias utilizadas no transporte sejam preferencialmente constituídas de material reciclável.

## **8. DA EXECUÇÃO**

A execução contratual dar-se-á sob o regime de fornecimento parcelado, conforme o disposto no artigo 46 da Lei nº 14.133/2021, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento pela Divisão de Farmácia (DIFAR) acompanhada da respectiva Nota de Empenho, não havendo obrigatoriedade de consumo da totalidade registrada na Ata. A adoção deste regime de execução justifica-se técnica e faticamente pela natureza incerta, superveniente e imprevisível das determinações judiciais em saúde, que inviabiliza a entrega do objeto em parcela única, exigindo da Administração um mecanismo flexível de acionamento logístico estritamente sob demanda.

O prazo máximo para a entrega dos medicamentos será de 72 horas corridas, contadas a partir do recebimento da ordem pela contratada via e-mail institucional ou sistema oficial, em virtude da urgência no cumprimento dos mandados judiciais, devendo o fornecedor acusar o recebimento da solicitação em até 4 horas úteis.

As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, s/n, Centro, Araruama/RJ, em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, sob a condição CIF, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas de frete, carga, descarga e seguros. O rito de recebimento observará o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, iniciando-se pelo recebimento provisório no ato da entrega para verificação de volumes, integridade das embalagens e temperatura de transporte.

O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 dias úteis após o provisório, mediante conferência qualitativa minuciosa realizada pelo Fiscal Técnico ou Comissão de Fiscalização, contemplando a validação de laudos de lote, registros na ANVISA/CMED e validade mínima. Serão sumariamente rejeitados medicamentos com validade inferior a 12 meses, salvo autorização prévia, ou que apresentem avarias e inconsistências técnicas, devendo a contratada realizar a substituição do item rejeitado em até 72 horas sob pena de caracterização de inexecução parcial. A liquidação da despesa e o consequente pagamento ficarão condicionados ao aceite definitivo do fiscal, atestando a plena conformidade do fornecimento com as exigências estabelecidas.

## **9. DA GARANTIA**

A garantia técnica dos medicamentos fornecidos será constituída pela manutenção integral de sua estabilidade, integridade, pureza e eficácia terapêutica, abrangendo a responsabilidade total da contratada por quaisquer vícios de qualidade, defeitos de fabricação, avarias ocorridas durante o transporte ou desvios de temperatura identificados, independentemente da data da efetiva entrega.

O prazo mínimo de validade (shelf life) dos fármacos no momento da entrega no Almoxarifado Central deve ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo. Excepcionalmente, mediante justificativa formal de risco de desabastecimento aceita pela Secretaria de Saúde, poderão ser recebidos medicamentos com validade inferior, desde que respeitado o limite mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da vida útil restante de fabricação e condicionada à apresentação de Carta de Compromisso de troca imediata, sem ônus, para quaisquer unidades que vençam antes do consumo.

Durante todo o período de validade do lote, a contratada obriga-se a prestar assistência técnica e realizar a substituição do lote integral ou parcial, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos — reduzidos para até 72 (setenta e duas) horas em casos de estrita urgência judicial —, para qualquer item que apresente alteração física (cor, odor, turbidez), violação de embalagem, ineficácia terapêutica ou que seja objeto de alerta sanitário (recall) emitido pela ANVISA ou pelo fabricante.

Todas as despesas inerentes ao procedimento de garantia e assistência, incluindo frete de recolhimento via logística reversa, novo frete de entrega e seguros, correrão por conta exclusiva da contratada, isentando a Administração de quaisquer ônus operacionais ou financeiros.

## **10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi parametrizada com base no volume financeiro histórico despendido pelo Município com o cumprimento de mandados judiciais, acrescido de margem técnica para cobrir a projeção anual de aumento da judicialização em saúde.

Inexistindo série histórica consolidada para quantitativos físicos exatos por item específico (como caixas ou frascos), em virtude da natureza imprevisível e superveniente das determinações judiciais, o objeto será adjudicado tomando-se por base a Tabela CMED, sem fixação prévia de quantitativos físicos. Dessa forma, o consumo estimado fica limitado pelo valor global da Ata de Registro de Preços, cuja unidade de medida adotada é a "Taxa de Desconto" aplicada sobre os Lotes por Categoria (Éticos, Genéricos e Similares).

Na definição desta estratégia, analisou-se a interdependência com outras demandas judiciais da rede municipal, optando-se por centralizar o fornecimento na presente Ata de Registro de Preços, evitando assim a sobreposição de processos de compras emergenciais diretas, o fracionamento indevido de despesas e promovendo a otimização dos gastos públicos por meio da economia de escala.

## **11. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS**

O valor máximo global estimado para a contratação, referente à vigência de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços, é de R\$ 12.250.000,00 (doze milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

A estimativa de preços baseou-se nos preços tetos da Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/ANVISA) vigente. Como metodologia para formação dos valores e mitigação de sobrepreço, aplicaram-se os Descontos Mínimos de Referência (Piso) apurados pelo

Departamento de Compras (DECOP) através de minucioso estudo de vantajosidade prévio, resultando nos descontos unitários mínimos exigidos de 11,84% para medicamentos Éticos, 70,34% para genéricos e 64,33% para Similares.

O valor global estimado encontra-se alocado da seguinte forma para fins de planejamento operacional: aproximadamente 40% (R\$ 4.900.000,00) para medicamentos Éticos, 35% (R\$ 4.287.500,00) para genéricos e 25% (R\$ 3.062.500,00) para Similares.

As memórias de cálculo, a metodologia utilizada e as fontes consultadas (editais e atas paradigmas) encontram-se detalhadamente demonstradas em anexos específicos aos autos do processo administrativo, notadamente no Anexo I (Planilha Orçamentária) e Anexo II (Planilha de Links).

Por fim, registra-se expressamente a não adoção de orçamento com caráter sigiloso para a presente licitação, uma vez que o critério de julgamento estabelece descontos mínimos obrigatórios (pisos de referência) que devem ser obrigatoriamente de conhecimento público e prévio dos licitantes para viabilizar a formulação adequada das propostas e a disputa no certame.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros necessários para suportar a despesa decorrente da futura contratação estão plenamente cobertos por dotação orçamentária específica do Fundo Municipal de Saúde de Araruama, sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária 12.001 da Secretaria Municipal de Saúde.

A despesa está devidamente consignada no Programa de Trabalho 10.122.0046.2030, referente à aquisição de medicamentos para cumprimento de mandados judiciais, e classificada na Natureza de Despesa 3.3.90.30 (Material de Consumo), em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A fonte de recursos utilizada é a 1635, vinculada a sentenças judiciais para aquisição de medicamentos, com a ficha de despesa 3062 e um valor orçado total de R\$ 12.250.000,00. Tratando-se de uma contratação via Sistema de Registro de Preços, a dotação indicada serve como lastro para a abertura do certame, sendo que o bloqueio efetivo dos recursos e a emissão da Nota de Empenho ocorrerão de forma parcelada no momento de cada solicitação específica.

Por destinar-se ao cumprimento de ordens judiciais e à proteção do direito à vida, os empenhos vinculados a esta contratação possuem prioridade absoluta de processamento e liquidação sobre despesas discricionárias.

## **13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

A licitação será processada na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, visto que o objeto é classificado tecnicamente como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento escolhido é o de Maior Desconto Linear incidente sobre a Tabela de Preços Máximos ao Consumidor (PMC) da CMED/ANVISA, o que garante a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração ao incidir sobre parâmetros regulados e oficiais.

O modo de disputa adotado será o Aberto, permitindo que os licitantes apresentem lances sucessivos de desconto superiores aos pisos mínimos estabelecidos para cada categoria. A escolha

desses parâmetros é motivada pela necessidade de uma solução eficiente e transparente para gerir demandas judiciais frequentes, parceladas e de quantitativo incerto, assegurando a isonomia entre os participantes e a efetividade na seleção de fornecedores capazes de suprir a gama irrestrita de medicamentos exigida.

A utilização do Sistema de Registro de Preços como instrumento auxiliar reforça a adequação à natureza imprevisível da demanda, permitindo que as aquisições ocorram estritamente conforme a necessidade de atendimento aos mandados judiciais sem a obrigatoriedade de consumo total.

#### **14. CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

A proposta comercial deverá ser cadastrada diretamente no sistema eletrônico de licitações, redigida em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, devendo possuir prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a partir da abertura da sessão.

O licitante deverá indicar o percentual de desconto com até duas casas decimais incidente sobre a Tabela CMED/ANVISA, sendo que o valor ofertado não poderá ser inferior aos pisos de referência de 11,84% para medicamentos Éticos, 70,34% para Genéricos e 64,33% para Similares, sob pena de desclassificação imediata.

A proposta deve detalhar a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Internacional (DCI), o nome comercial, o fabricante, o número de registro na ANVISA e a apresentação completa do produto. O preço final deverá contemplar todos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e frete sob condição CIF. Os medicamentos ofertados devem possuir validade mínima de 12 (doze) meses no ato da entrega ou, excepcionalmente, 75% da vida útil restante acompanhada de carta de compromisso de troca.

Visando garantir a aderência às especificações, a Administração poderá exigir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a apresentação de bulas, laudos de controle de qualidade ou amostras para análise técnica, sendo que o descumprimento deste prazo ou a desconformidade do item ensejará a desclassificação da licitante.

Não será adotado o critério de melhor técnica ou técnica e preço, permanecendo o julgamento restrito ao maior desconto linear sobre o preço máximo ao consumidor.

#### **15. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO**

A comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira será verificada preferencialmente via SICAF, complementada pela documentação exigida para assegurar a execução contratual. A habilitação jurídica exige o ato constitutivo ou estatuto social em vigor e a identificação oficial dos representantes legais da empresa.

Para a regularidade fiscal, social e trabalhista, exige-se o CNPJ, prova de regularidade com a Fazenda Nacional, FGTS, Justiça do Trabalho e com as Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante.

A qualificação econômico-financeira será demonstrada por certidão negativa de falência e pelo balanço patrimonial do último exercício, comprovando índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1,0.

Especificamente para o objeto farmacêutico, a qualificação técnica exige a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), a Autorização Especial (AE) para itens controlados, a Licença Sanitária vigente e a Certidão de Regularidade Técnica (CRT) emitida pelo Conselho Regional de Farmácia.

Adicionalmente, devem ser apresentadas as declarações obrigatórias relativas ao trabalho de menores, inexistência de fatos impeditivos e vedação ao nepotismo.

Dada a natureza padronizada do fornecimento de bens comuns, fica dispensada a realização de vistoria técnica prévia, garantindo-se o tratamento isonômico e a ampla competitividade no certame.

## **16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação abrangem condições logísticas, sanitárias e de sustentabilidade indispensáveis à execução do objeto. Exige-se a manutenção rigorosa da cadeia de frio, com temperaturas entre 2°C e 8°C para medicamentos termolábeis, garantida por monitoramento contínuo e registro de temperatura (datalogger) durante todo o transporte. O transporte deve ocorrer em veículos licenciados pela autoridade sanitária, limpos e livres de vetores, conforme a RDC nº 430/2020 da ANVISA, utilizando-se embalagens secundárias e terciárias resistentes, devidamente identificadas e invioladas. Como requisito de sustentabilidade, a contratada deverá implementar um plano de logística reversa para o recolhimento de embalagens e resíduos farmacêuticos gerados por avarias ou vencimento. Para assegurar a transição contratual e a continuidade dos serviços, no encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços, a contratada obriga-se a honrar a entrega de todas as Notas de Empenho emitidas até o último dia de vigência, ainda que a entrega efetiva ocorra posteriormente. Adicionalmente, a empresa sucessora em uma nova contratação deverá comprovar plena capacidade operacional para iniciar o fornecimento em até cinco dias úteis após a assinatura da nova Ata, sendo expressamente vedado qualquer período de carência que possa gerar desabastecimento na rede municipal de saúde.

## **17. DO CONTRATO**

A formalização da contratação dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Contrato ou aceitação de instrumento equivalente (Nota de Empenho).

O prazo para a assinatura será de cinco dias úteis, contados a partir da convocação formal da Administração, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e fundamentada aceita pela Contratante.

A vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata ficará adstrita ao exercício financeiro de sua emissão, prorrogando-se apenas pelo tempo estritamente necessário à entrega efetiva do objeto, ao seu recebimento e ao respectivo pagamento.

Os preços, definidos em percentuais de desconto, permanecerão fixos e irreajustáveis pelo prazo mínimo de um ano. Decorrido este período, na hipótese de prorrogação contratual legalmente admitida, o desconto adjudicado continuará incidindo sobre a Tabela CMED atualizada, o que configura o reajuste automático e regulatório atrelado à variação efetiva dos custos do setor farmacêutico. Subsidiariamente, caso não haja atualização da referida tabela oficial, será aplicado o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) acumulado nos últimos doze meses, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro.

Para garantir a plena execução do ajuste, exigir-se-á da contratada a prestação de garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, ou do valor de cada empenho em fornecimentos parcelados, a ser apresentada no prazo de dez dias após a assinatura.

A garantia tem por finalidade assegurar o ressarcimento de prejuízos causados à Administração, o pagamento de multas moratórias e compensatórias, bem como eventuais obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas. As modalidades admitidas para a prestação da garantia incluem caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária.

A garantia prestada será devidamente liberada ou restituída, com a atualização monetária cabível no caso de caução em dinheiro, somente após a fiel execução do contrato e o recebimento definitivo de todo o objeto requisitado.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A identificação do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, responsável pela condução do procedimento licitatório, pela gestão e pelo acompanhamento de sua execução, recai sobre o Fundo Municipal de Saúde de Araruama (CNPJ: 11.885.839/0001-70). A presente licitação foi modelada para o atendimento exclusivo das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruama, razão pela qual não há órgãos ou entidades participantes na formação inicial do planejamento desta contratação.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano. Fica expressamente admitida a possibilidade de prorrogação da vigência por igual período, com fulcro no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 20 do Decreto Municipal nº 052/2024, condicionada à demonstração do interesse da Administração e à comprovação da vantajosidade dos preços registrados. Esta prorrogação destina-se exclusivamente ao consumo do saldo quantitativo remanescente, sendo terminantemente vedada a renovação ou acréscimo dos quantitativos originais registrados na Ata.

Admite-se a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública não participantes (caronas). Tal permissibilidade justifica-se pelo princípio da eficiência e economicidade, considerando a essencialidade do objeto (fornecimento de medicamentos judiciais). A adesão fica estritamente condicionada à prévia e expressa anuência do Órgão Gerenciador e à aceitação do fornecedor, exigindo-se que não haja prejuízo ao fornecimento do órgão gerenciador. Ademais, devem ser respeitados os limites legais de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens para cada órgão aderente e o dobro do quantitativo de cada item registrado na totalidade das adesões autorizadas.

No que tange às obrigações do órgão gerenciador, além daquelas já consolidadas em instrumentos padronizados, caberá a este a condução de negociações para adequação de preços, a convocação de fornecedores registrados no cadastro de reserva, a autorização de adesões e a formalização do cancelamento do registro quando cabível. Destaca-se a obrigação específica de emitir as Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho sempre acompanhadas da cópia da decisão judicial que fundamenta a despesa, garantindo a rastreabilidade da execução.

Por sua vez, a detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se especificamente a assinar o documento no prazo de cinco dias úteis após a convocação. Para o fiel cumprimento das condições registradas, a detentora deverá assegurar o fornecimento dos medicamentos respeitando o rigoroso prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas corridas para o atendimento de mandados judiciais,



garantindo a manutenção da rede de frio durante o transporte e a entrega de produtos com validade não inferior a doze meses. Exige-se, ainda, a obrigação específica de operacionalizar a logística reversa para a destinação ambientalmente adequada de medicamentos vencidos, avariados ou sujeitos a recall que estejam sob sua responsabilidade.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Para além das obrigações gerais previstas nos instrumentos padronizados, incumbe à Contratante gerenciar a Ata de Registro de Preços, emitindo as Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho de forma precisa, as quais devem estar obrigatoriamente acompanhadas da cópia da decisão judicial que fundamenta a despesa.

Compete-lhe promover o Recebimento Provisório e Definitivo do objeto, conferindo rigorosamente a conformidade dos medicamentos, incluindo validade, lote, integridade e controle de temperatura, com as exigências normativas da ANVISA e deste instrumento. A Administração obriga-se a rejeitar sumariamente os itens que apresentem vícios, defeitos, prazo de validade inferior ao exigido ou divergência de especificações, notificando prontamente a Contratada para a devida substituição.

Ademais, a Contratante deve efetuar o pagamento nos prazos e condições estabelecidas, sempre condicionado à regular liquidação da despesa e à verificação da manutenção das condições de habilitação da empresa.

Por fim, é seu dever fiscalizar a execução do ajuste por meio de servidor especialmente designado, registrando ocorrências e adotando providências para regularização, além de aplicar as sanções administrativas cabíveis em casos de inexecução, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Em complemento às disposições gerais das minutas padrão, a Contratada obriga-se especificamente a fornecer os medicamentos em estrita conformidade com as especificações, marcas e fabricantes ofertados, cumprindo o prazo rigoroso de entrega de até 72 (setenta e duas) horas corridas para as demandas judiciais.

É seu dever garantir a manutenção contínua das condições de temperatura e umidade (rede de frio) durante todo o transporte, utilizando veículos apropriados conforme a RDC nº 430/2020 da ANVISA. A Contratada deve entregar os fármacos com prazo de validade não inferior a doze meses a contar da data da entrega, salvo prévia autorização excepcional da Secretaria de Saúde.

Exige-se a substituição imediata, às suas expensas e no prazo máximo de cinco dias corridos, ou até 72 horas em casos de urgência judicial, de qualquer produto que apresente vício de qualidade, avaria, validade inadequada ou divergência técnica.

A empresa compromete-se a implementar logística reversa para o recolhimento e destinação ambientalmente adequada de medicamentos vencidos, avariados ou sujeitos a recall que permaneçam sob sua responsabilidade.

Além disso, deve manter a regularidade fiscal e a validade das licenças sanitárias específicas (AFE, AE e Licença Sanitária local) durante toda a vigência contratual, responsabilizar-se

integralmente pelos encargos inerentes à execução e indicar um preposto oficial para responder às solicitações da fiscalização no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## **21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Fica expressamente vedada a subcontratação, cessão, transferência ou sub-rogação, total ou parcial, do objeto contratual a terceiros, devendo a execução ser realizada integralmente pela Contratada. A vedação abrange todas as atividades finalísticas, incluindo a comercialização, o faturamento e o controle de qualidade, sendo terminantemente proibida a mera intermediação comercial ou a utilização de empresas interpostas.

Esta restrição justifica-se técnica e operacionalmente pela natureza crítica do objeto, que envolve o fornecimento contínuo de medicamentos judiciais sob rigoroso controle sanitário, exigindo a responsabilidade integral e inalienável da contratada para garantir a segurança dos pacientes e a eficácia terapêutica.

Ressalva-se, exclusivamente, a possibilidade de contratação de serviços acessórios de transporte e logística de frete, desde que a Contratada principal mantenha a responsabilidade solidária e integral pelo cumprimento rigoroso dos prazos, pela integridade da carga e pela manutenção das condições de temperatura exigidas para a rede de frio até ao recebimento definitivo pelo Município.

A constatação de qualquer subcontratação não autorizada caracterizará violação grave, ensejando a rescisão contratual imediata e a aplicação das penalidades por inexecução total, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis.

## **22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O modelo de gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes será executado de forma segregada por servidores formalmente designados, visando assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual e a adoção tempestiva de medidas corretivas. A coordenação administrativa ficará a cargo do Gestor do Contrato, a quem compete o controle do saldo global da Ata, a análise de pedidos de reequilíbrio econômico ou prorrogação, a instauração de processos de penalidade, a formalização de aditivos e a tomada de decisão sobre questões que ultrapassem a esfera de competência dos fiscais.

A fiscalização técnica será exercida por um Fiscal Técnico, preferencialmente profissional farmacêutico, que assumirá a responsabilidade pelos pontos críticos de controle do objeto, incumbindo-lhe a conferência qualitativa minuciosa dos medicamentos no ato do recebimento, o que inclui a verificação dos lotes, da validade, da integridade das embalagens e da manutenção da temperatura da rede de frio, bem como a validação técnica dos laudos de controle de qualidade, cabendo-lhe recusar produtos em desconformidade e exigir a sua imediata substituição.

Paralelamente, o Fiscal Administrativo será o responsável por verificar a regularidade da execução sob a ótica documental, procedendo à conferência das notas fiscais e faturas em face das respectivas notas de empenho, além de validar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa antes da autorização de cada pagamento e controlar o rigoroso cumprimento dos prazos de entrega fixados em setenta e duas horas.

Para garantir a efetividade deste modelo e a fluidez do acompanhamento, todas as comunicações oficiais, registros de ocorrências relevantes e notificações de atrasos serão formalizadas

por escrito ou através de correio eletrônico institucional, sendo exigido à Contratada a manutenção de um preposto permanentemente acessível e capacitado para responder e solucionar as demandas da fiscalização no prazo máximo de vinte e quatro horas, protegendo assim o interesse público e o alcance dos resultados pretendidos.

### **23. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

A medição da execução do objeto dar-se-á por meio do recebimento definitivo dos medicamentos no Almoxarifado Central, cuja comprovação ocorrerá mediante a apresentação das vias dos comprovantes de entrega (canhotos) devidamente assinados pelos servidores responsáveis.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de trinta dias, contados da data da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária em conta-corrente de titularidade da Contratada.

Para viabilizar a liquidação, a emissão da Nota Fiscal Eletrônica deverá ser obrigatoriamente precedida da conferência e do aceite definitivo da fiscalização, devendo o documento ser faturado em nome do Fundo Municipal de Saúde de Araruama e discriminar detalhadamente os itens fornecidos, a marca, o fabricante, o número do lote, a quantidade, o valor unitário conforme a Tabela CMED e o valor final com o desconto adjudicado.

Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da empresa mediante consulta ao SICAF ou exigência de certidões.

Na hipótese de erro no documento fiscal, entrega de quantitativo divergente, produto em desacordo com a especificação técnica ou constatação de irregularidade fiscal, o pagamento ficará sobrestado, configurando hipótese de retenção temporária, e o prazo de quitação será interrompido, reiniciando-se a contagem somente após a completa regularização da pendência pela Contratada, sem quaisquer ônus ou correção monetária a cargo da Administração.

Em caso de atraso no pagamento imputável exclusivamente à Contratante, os valores serão atualizados monetariamente pela aplicação do índice IPCA, assegurando-se assim a adequada correspondência entre a execução do objeto e a contraprestação devida, além da transparência e regularidade da execução contratual.

### **24. DAS SANÇÕES**

A inexecução total ou parcial do contrato, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações ou o descumprimento de quaisquer normativas estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços sujeitará a Contratada às sanções administrativas rigorosas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se sempre o prévio contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Consideram-se infrações passíveis de forte penalidade não apenas a inexecução, mas também condutas como a não entrega de documentação exigida, a recusa injustificada em assinar a ata ou o contrato, o retardamento da execução, a apresentação de documentação falsa, a fraude no certame e a prática de atos ilícitos tipificados na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). A aplicação de qualquer sanção será balizada pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo a Administração sopesar a gravidade da infração, os danos e agravos gerados ao serviço público de saúde, as circunstâncias atenuantes e a eventual existência de um programa de integridade implementado pela empresa.

No que tange à dosimetria das penalidades, prevê-se a aplicação de advertência formal para casos de inexecução parcial que não justifiquem medida mais gravosa, cumulável com multas. Especificamente para a proteção da celeridade na entrega dos medicamentos judiciais, estabelece-se que o atraso em relação ao prazo máximo de setenta e duas horas ensejará uma multa moratória diária de zero vírgula cinco por cento a um por cento, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até ao limite temporal de trinta dias. Ultrapassado este limite, restará configurada a inexecução total da obrigação contratual, culminando na aplicação de multa compensatória fixada entre dez por cento e vinte por cento sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, com a consequente rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e a imputação de perdas e danos excedentes.

Caso o montante das multas e indenizações ultrapasse o valor de eventuais créditos devidos pela Administração à Contratada, a diferença será imediatamente retida e descontada da Garantia de Execução Contratual prestada; sendo esta insuficiente, conceder-se-á o exíguo prazo de trinta dias para o recolhimento administrativo, findo o qual proceder-se-á à cobrança judicial do débito.

Para as infrações classificadas como de maior gravidade, que envolvam fraude, falsificação documental ou prejuízos críticos ao erário e à saúde pública, a Administração aplicará as sanções de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até três anos, ou, nos casos extremos, a declaração de inidoneidade pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos, cuja competência de aplicação é exclusiva do Secretário Municipal após criteriosa análise jurídica.

O processo punitivo garantirá à empresa o prazo de quinze dias úteis para a apresentação de defesa escrita e igual período para pedido de reconsideração, culminando, após a decisão final, no registro imediato da sanção no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Por fim, para evitar a evasão de responsabilidades, a personalidade jurídica da Contratada poderá ser sumariamente desconsiderada, nos termos do artigo 160 da Lei nº 14.133/2021, sempre que se verificar o abuso de direito, a confusão patrimonial ou a dissimulação de atos ilícitos, estendendo-se a totalidade dos efeitos das sanções e das multas aos sócios administradores e a empresas coligadas ou sucessoras.

## **25. DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente Termo de Referência constitui peça integrante da fase preparatória da contratação e deverá orientar a elaboração do edital da licitação, da Ata de Registro de Preços e dos contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes.

As disposições deste Termo de Referência deverão ser interpretadas em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e os demais documentos que compõem o processo administrativo de contratação, os quais se complementam para fins de planejamento, execução e fiscalização do objeto.

A eventual existência de omissões, lacunas ou divergências formais neste documento não afasta a aplicação das normas legais e regulamentares pertinentes, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, na legislação sanitária aplicável ao setor farmacêutico e nas demais normas correlatas.

As condições estabelecidas no edital da licitação e no contrato ou instrumento equivalente prevalecerão sobre eventuais disposições deste Termo de Referência quando destinadas à adequada formalização do ajuste, desde que preservada a essência do objeto e o interesse público.

A Administração poderá promover ajustes formais neste Termo de Referência durante a tramitação do processo licitatório, quando necessários para adequação a determinações legais, recomendações de órgãos de controle, manifestações da assessoria jurídica ou aperfeiçoamentos técnicos, desde que tais ajustes não impliquem alteração substancial do objeto ou prejuízo à competitividade do certame.

A participação no procedimento licitatório implicará plena ciência e aceitação, por parte dos licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo de contratação.

Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Araruama, 02 de abril de 2026.

**Lucas A.C. Ribeiro**  
Revisor administrativo

Autorizado por:

**Melina Antunes da Silva**  
Superintendente de Fase Preparatória

**Mario Jorge Espinhara**  
Secretário Municipal de Saúde

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**PROCESSO: xxxx/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025**

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** \_\_\_\_\_. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, XX (XXXXXX) XXXXXXXX, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

Item	Especificação	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de Medicamentos ÉTICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa).Desconto Mínimo Exigido: 11,84%)	TX	1		
2	Aquisição de Medicamentos GENÉRICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 70,34%)	TX	1		
3	Aquisição de Medicamentos SIMILARES de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 64,33%)	TX	1		
	<b>VALOR TOTAL</b>				

Valor total da proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Razão Social:

CNPJ:



E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

**ANEXO III**

**VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Aquisição de Medicamentos ÉTICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa).Desconto Mínimo Exigido: 11,84%)	TX	1	R\$ 4.900.000,00	R\$ 4.900.000,00
2	Aquisição de Medicamentos GENÉRICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 70,34%)	TX	1	R\$ 4.287.500,00	R\$ 4.287.500,00
3	Aquisição de Medicamentos SIMILARES de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 64,33%)	TX	1	R\$ 3.062.500,00	R\$ 3.062.500,00
	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 12.250.000,00</b>	

**ANEXO IV**

**MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Pregão Eletrônico nº: XXXX/2025**

**Processo Administrativo nº: XXXX/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, que tem por objeto \_\_\_\_\_, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de ( ) Microempresa, ( ) Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

**Local, Dia/Mês/Ano**

---

**Assinatura do Representante legal  
RG e CPF**

**ANEXO V**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**(MODELO)**

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

---

(contador)

**OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO Nº ...../...., DE CONTRATAÇÃO DE ...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE**

**..... E .....**

**MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo n.º \_\_\_\_\_, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente Edital nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

Item	Especificação	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de Medicamentos ÉTICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa).Desconto Mínimo Exigido: 11,84%)	TX	1		
2	Aquisição de Medicamentos GENÉRICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 70,34%)	TX	1		
3	Aquisição de Medicamentos SIMILARES de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 64,33%)	TX	1		



	<b>VALOR TOTAL</b>	
--	--------------------	--

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário de acordo com XXXXXXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de XX (XXXXXX) XXXXXXXX contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo

a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor do contratação é de R\$ ..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de \_\_\_\_\_, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133/2021](#), e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-

**ANEXO VII**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2025**

**O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade, considerando o resultado da licitação nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202... para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº ...../202..., sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais n.º 09, 10, 11, 14 e 52 de fevereiro de 2024, e nos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no Portal da Transparência e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a(s) proposta(s) com preço(s) ora registrado(s), independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento NÃO vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de aquisição de ..... para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

2.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

2.3 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Transparência do município:

Item	Especificação	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	Aquisição de Medicamentos ÉTICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa).Desconto Mínimo Exigido: 11,84%)	TX	1		
2	Aquisição de Medicamentos GENÉRICOS de “A-Z”, considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela “CMED” (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 70,34%)	TX	1		



3	Aquisição de Medicamentos SIMILARES de "A-Z", considerando o maior percentual de desconto ofertado nos valores registrados na tabela "CMED" (Câmara de Regulação Anvisa). Desconto Mínimo Exigido: 64,33%)	TX	1		
<b>VALOR TOTAL</b>					

2.4 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES**

3.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) ..... (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)).

3.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

3.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é ..... (indicar o órgão ou entidade).

3.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no PNCP e no Portal da Transparência do Município;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

3.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município de Araruama.

3.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES**

4.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO QUANTITATIVO**

5.1 As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência no Anexo I, são as seguintes:

- a) previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver: ..... (descrever quantidade).
- b) previsão de contratação pelos não-participantes: ..... (descrever quantidade).

5.2 As quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b do item 5.1 são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3 As contratações adicionais de que trata o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

5.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o gerenciador e pelos participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

5.5.1 Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução dos quantitativos informados.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO**

6.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Termo de Referência.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

6.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 6.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 2, II do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, de acordo com a cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a

veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

6.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 6.3.5 e 6.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

6.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 e Art. 20 do Decreto Municipal nº 052/2024, exclusivamente para o consumo do saldo quantitativo remanescente, vedada a renovação dos quantitativos originais na Ata.

#### **CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1 Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original.

9.2 A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

9.3 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes, na forma do art. 21 do Decreto nº 052/2024.

9.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de

Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 052/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

10.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

10.2 Na hipótese de que trata a alínea d do item 10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

10.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do item 10.1 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

11.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

12.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo VII do Edital –

Minuta de Contrato).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

13.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.5 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Araruama, ..... de ..... de 202.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

## **ANEXO VIII**

### **CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>